



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE 2014

COMPOSIÇÃO

CONSELHEIROS

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Vice-Presidente

Cláudio Couto Terrão - Corregedor

Wanderley Geraldo de Ávila

Mauri José Torres Duarte - Ouvidor

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Daniel de Carvalho Guimarães - Procurador-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva - Subprocuradora-Geral

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Cristina Andrade Melo

CORPO DELIBERATIVO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente
Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Vice-Presidente
Cláudio Couto Terrão - Corregedor
Wanderley Geraldo de Ávila
Mauri José Torres Duarte - Ouvidor
José Alves Viana
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

As reuniões do Tribunal Pleno ocorrem nas quartas-feiras, às 14h.

COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Presidente
Wanderley Geraldo de Ávila
José Alves Viana
Hamilton Antônio Coelho

As reuniões da Primeira Câmara ocorrem nas terças-feiras, às 14h30min.

COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Wanderley Geraldo de Ávila - Presidente
Mauri José Torres Duarte
Gilberto Pinto Monteiro Diniz
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

As reuniões da Segunda Câmara ocorrem nas quintas-feiras, às 10h.

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no inciso IX do art. 4º da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no 4º trimestre de 2014, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Atento ao cumprimento das atribuições dispostas constitucionalmente e alinhado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico 2010-2014, o Tribunal de Contas desenvolveu ações para reduzir o número de processos e conferir maior celeridade à tramitação e às decisões.

Promoveu, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento técnico dos seus servidores e a difusão do conhecimento ao extenso conjunto de agentes públicos municipais e estaduais sob sua jurisdição, realizando cursos, seminários, encontros e congressos.

Entre os eventos realizados, destacam-se o VI Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, o III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública e o XVII Congresso Internacional de Direito Tributário, todos promovidos pelo Tribunal de Contas.

Objetivando o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências para o exercício do controle externo, o Tribunal celebrou Acordos com a Associação Mineira de Municípios, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado da Fazenda e Tribunais de Contas Brasileiros.

No que se refere ao controle externo, merece registro a elaboração do relatório conclusivo do Grupo de Estudos instituído pela Portaria nº 36/2014, com o objetivo de analisar o papel do Tribunal de Contas na proposição de soluções para a operacionalização da transposição dos ativos de iluminação pública para os Municípios submetidos a sua jurisdição.

Merece destaque, por fim, a aprovação, por meio da Resolução nº 27/2014, do Terceiro Plano Estratégico para o período de 2015 a 2019.

Seguindo seu planejamento estratégico o Tribunal dará continuidade às ações do Plano de 2010-2014, que ora se encerra, com outras ações que atendam às novas demandas de melhoria ou de inovação, num processo que assegurará a evolução continuada de seu sistema de gestão e, principalmente, a produção de resultados que agreguem valor para a sociedade.

Adriene Barbosa de Faria Andrade

Presidente

SUMÁRIO

1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	11
2 TCEMG EM NÚMEROS	12
3 MAPA ESTRATÉGICO	13
4 JURISDIÇÃO.....	14
5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	16
5.1 Autuação	16
5.2 Distribuição	17
5.3 Superintendência do Controle Externo	21
5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo.....	22
5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios.....	22
5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado.....	22
5.3.1.3 Diretoria de Matérias Especiais.....	23
5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia	23
5.3.1.5 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal	24
5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo	24
5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo.....	27
5.3.4 Capacitação de Servidores.....	30
5.4 Deliberações	33
5.4.1 Tribunal Pleno	34
5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras.....	35
5.4.3 Decisões Monocráticas.....	37
5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio	38
5.4.5 Deliberação em Consulta.....	39
5.5 Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas	42
5.6 Registro de Atos.....	43
5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório.....	44
5.8 Sanções	45
5.9 Recursos Deliberados.....	48
5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados.....	49
5.11 Certidões.....	50
5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas	51
6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS	52
7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	54
7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”	54
7.2 Eventos Internos e Externos	54

8	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	58
8.1	Portal do TCEMG na Internet	58
8.2	Serviços e Sistemas Informatizados.....	59
8.3	Intranet	61
8.4	Redes Sociais (Twitter e Facebook).....	61
8.5	Informativo de Jurisprudência	61
8.6	Revista do Tribunal de Contas	62
8.7	Biblioteca Aloyzio Alves da Costa	62
8.8	Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ.....	62
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....	64
10	CONTROLE INTERNO.....	65
10.1	Atividades Desenvolvidas.....	66
10.2	Capacitação de Servidores	67
11	CONTROLE SOCIAL	68
11.1	Ouvidoria	68
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TCEMG em Números.....	12
TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal.....	15
TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual.....	15
TABELA 4 - Processos Autuados.....	16
TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros.....	18
TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos.....	20
TABELA 7 - Ações de Controle Externo.....	24
TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM.....	27
TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE.....	28
TABELA 10 - Processos Examinados pela DME.....	29
TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP.....	29
TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP.....	30
TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM.....	30
TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE.....	31
TABELA 15 - Participação em Eventos - DME.....	32
TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP.....	32
TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP.....	33
TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno.....	34
TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras.....	35
TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática.....	37
TABELA 21 - Consultas.....	40
TABELA 22 - Resoluções.....	42
TABELA 23 - Instruções Normativas.....	43
TABELA 24 - Decisões Normativas.....	43
TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade.....	46
TABELA 26 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade.....	46
TABELA 27 - Multa.....	47
TABELA 28 - Ressarcimento ao Erário.....	47
TABELA 29 - Certidões Emitidas.....	50
TABELA 30 - Eventos Internos.....	54

TABELA 31 - Eventos Externos	56
TABELA 32 - Portal.....	58
TABELA 33 - Serviços e Sistemas Informatizados.....	59
TABELA 34 - Intranet.....	61
TABELA 35 - Notícias de Maior Repercussão	61
TABELA 36 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência	61
TABELA 37 - Atividades Relacionadas à Revista	62
TABELA 38 - Atividades Relacionadas à Biblioteca.....	62
TABELA 39 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente.....	62
TABELA 40 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto.....	63
TABELA 41 - Execução Orçamentária	64
TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna.....	66
TABELA 43 - Participação em Eventos - Controladoria Interna	67
TABELA 44 - Demandas Encaminhadas	71

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados.....	34
GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio.....	39
GRÁFICO 3 - Registro de Atos.....	44
GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário	47
GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados	48
GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados	49
GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas	51
GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas	69
GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa	69
GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna	70
GRÁFICO 11 - Origem das Demandas.....	70
GRÁFICO 12 - Situação das Demandas	71
GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis).....	72

1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; os valores, a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

Missão

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Visão

Ser instituição de referência na garantia do direito da sociedade à regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

Valores

Ética, justiça, efetividade, transparência e compromisso social.

2 TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no 4º trimestre de 2014 pelo Tribunal de Contas estão sintetizados na Tabela 1.

TABELA 1 - TCEMG em Números

Atividade	Quantidade
Processos autuados	11.855
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	6.500
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	11.632
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	1.922
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	145
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	7.518
Citações, intimações e demais comunicações	6.326
Sessões realizadas	27
Processos deliberados	18.609
Multas aplicadas	R\$ 907,1 mil
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 4,5 milhões
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	212
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	125
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 264,7 mil
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$ 6,4 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	14.617
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	253
Consultas respondidas	7
Editais de concursos públicos suspensos	4
Procedimentos licitatórios suspensos	19
Recursos deliberados	223
Acórdãos publicados	2.721
Notas taquigráficas emitidas	7.179

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

3 MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.



4 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo e tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno – Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 –, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

São jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal

Órgão/Entidade	Quantidade
Prefeituras	853
Câmaras	853
Autarquias	134
Fundações	83
Consórcios	114
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Prefeitura	247
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Câmara	4
Sociedades de Economia Mista - Não Dependentes	8
Sociedades de Economia Mista - Dependentes	2
Empresas Públicas - Não Dependentes	14
Empresas Públicas - Dependentes	4
Fundos Públicos Municipais	859
Associação	1
Total	3.176

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual

Órgão/Entidade	Quantidade
Secretarias	24
Outros Órgãos vinculados ao Executivo	16
Autarquias	20
Fundações	25
Sociedades de Economia Mista - Não Dependentes	27
Empresas Públicas - Não Dependentes	7
Empresas Públicas - Dependentes	3
Fundos Públicos vinculados ao Executivo	30
Órgão vinculado ao Legislativo	1
Fundo Público vinculado ao Legislativo	1
Outro Órgão vinculado ao Legislativo	1
Órgãos do Judiciário	2
Órgãos Autônomos	2
Fundos Públicos vinculados aos Órgãos Autônomos	2
Outro Órgão Autônomo	1
Total	162

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

5.1 Autuação

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno, somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específica para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e ser classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

No 4º trimestre de 2014, foram autuados 11.855 (onze mil, oitocentos e cinquenta e cinco) processos, como discriminado na Tabela 4.

TABELA 4 - Processos Autuados

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	8
Aposentadoria	10.217
Assunto Administrativo - Ato Normativo	16
Assunto Administrativo - Câmaras	46
Assunto Administrativo - Pleno	7
Ato Revisional - EC 70/2012	1
Auditoria	9
Consulta	39
Contrato TCE	23
Convênio TCE	7
Denúncia	109
Edital de Concurso Público	9
Edital de Licitação	13
Embargos Declaratórios	11
Licitação TCE	43
Pedido de Reexame	16
Pedido de Rescisão	1
Pensão	1.161

TABELA 4 - Processos Autuados

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	2
Processo Administrativo	1
Recurso Administrativo	1
Recurso Ordinário	53
Representação	45
Termo de Cooperação Técnica	1
Tomada de Contas Especial	16
Total	11.855

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.2 Distribuição

Na distribuição dos processos são observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

O parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno dispõe que a distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Foram distribuídos, no trimestre, 8.422 (oito mil, quatrocentos e vinte e dois) processos aos relatores, sendo 6.500 (seis mil e quinhentos) entre os Conselheiros e 1.922 (um mil, novecentos e vinte e dois) entre os Conselheiros Substitutos, como demonstrado nas Tabelas 5 e 6.

Também foram redistribuídos aos relatores, no trimestre, 11.777 (onze mil, setecentos e setenta e sete) processos, sendo 11.632 (onze mil, seiscentos e trinta e dois) processos entre os Conselheiros e 145 (cento e quarenta e cinco) entre os Conselheiros Substitutos.

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Agravo	9	15	24
Aposentadoria	5.692	4.166	9.858
Apostila	-	3	3
Assunto Administrativo - Ato Normativo	16	9	25
Assunto Administrativo - Câmaras	46	250	296
Assunto Administrativo - Pleno	7	11	18
Ato Retificador de Aposentadoria	-	3	3
Ato Revisional - EC 70/2012	1	-	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	-	185	185
Auditoria	5	20	25
Auditoria Operacional	-	1	1
Balancete Mensal	-	63	63
Balanço Geral	-	2	2
Complemento de Benefícios de Pensão	-	4	4
Complemento de Proventos de Aposentadoria	-	53	53
Consulta	39	29	68
Contrato	-	78	78
Contrato TCE	11	-	11
Convênio	-	161	161
Convênio TCE	4	-	4
Denúncia	78	388	466
Dispensa de Licitação	-	2	2
Distrato	-	1	1
Edital de Concurso Público	7	37	44
Edital de Licitação	11	37	48
Embargos Declaratórios	11	15	26
Incidente de Inconstitucionalidade	-	1	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	-	1	1
Inspeção Extraordinária	-	13	13
Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão	-	1	1
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	3	3
Inspeção Ordinária	-	125	125
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	10	10

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Inspeção Ordinária - Licitação	-	12	12
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	80	80
Licitação	-	26	26
Licitação TCE	16	-	16
Monitoramento	-	1	1
Pedido de Inspeção	-	1	1
Pedido de Reexame	9	128	137
Pedido de Rescisão	1	7	8
Pensão	434	1.172	1.606
Prestação de Contas	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	47	47
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	-	3	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	-	13	13
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	2	118	120
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	-	16	16
Prestação de Contas de Adiantamento	-	2	2
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	-	22	22
Prestação de Contas de Convênio	-	183	183
Prestação de Contas de Exercício	-	143	143
Prestação de Contas de Ordenadores	-	3	3
Prestação de Contas de Termo Aditivo	-	2	2
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	-	4	4
Prestação de Contas do Executivo Municipal	-	158	158
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	-	212	212
Prestação de Contas Municipal	-	1.037	1.037
Processo Administrativo	1	1.051	1.052
Recurso Administrativo	1	7	8
Recurso de Reconsideração	-	14	14

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros

(conclusão)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Recurso de Rescisão	-	2	2
Recurso de Revisão	-	100	100
Recurso Ordinário	53	161	214
Reforma	1	509	510
Relatório de Auditoria	-	2	2
Relatório de Inspeção	-	35	35
Relatório de Inspeção - Licitação	-	4	4
Relatório de Inspeção Extraordinária	-	2	2
Representação	35	164	199
Reversão de Aposentadoria	-	1	1
Termo Aditivo a Contrato	-	75	75
Termo Aditivo a Convênio	-	43	43
Termo de Acordo	-	1	1
Termo de Cessão	-	1	1
Termo de Cooperação	-	1	1
Termo de Cooperação Técnica	1	-	1
Termo de Doação	-	1	1
Termo de Rescisão de Contrato	-	1	1
Termo de Rescisão de Convênio	-	1	1
Tomada de Contas	-	44	44
Tomada de Contas Especial	9	330	339
Tomada de Contas Extraordinária	-	4	4
Total	6.500	11.632	18.132

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Aposentadoria	1.727	1	1.728
Auditoria	4	1	5
Balancete Mensal	-	1	1
Convênio	-	1	1
Denúncia	31	3	34

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos

(conclusão)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Edital de Concurso Público	2	1	3
Edital de Licitação	1	2	3
Inspeção Ordinária	-	3	3
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	19	19
Pedido de Reexame	8	78	86
Pensão	134	2	136
Prestação de Contas do Executivo Municipal	-	1	1
Prestação de Contas Municipal	-	14	14
Processo Administrativo	-	8	8
Recurso Ordinário	-	1	1
Relatório de Inspeção	-	1	1
Representação	10	3	13
Tomada de Contas	-	1	1
Tomada de Contas Especial	5	4	9
Total	1.922	145	2.067

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.3 Superintendência do Controle Externo

A Superintendência do Controle Externo tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando prestar apoio e assessoramento à Presidência e à Diretoria Geral do Tribunal.

São subordinadas à Superintendência do Controle Externo:

- Diretoria de Controle Externo dos Municípios;
- Diretoria de Controle Externo do Estado;
- Diretoria de Matérias Especiais;
- Diretoria de Engenharia e Perícia;
- Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal;
- Assessoria para Coordenação da Fiscalização Integrada - SURICATO;

- Comissão para Acompanhamento da Execução das Ações Referentes à Copa de 2014 e Planejamento de sua Fiscalização - FISCOPA.

5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo

5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- 1ª a 9ª Coordenadorias de Fiscalização dos Municípios, que têm por finalidade executar ações de controle e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional ou patrimonial da Administração Municipal;
- Assessoria para Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Fiscalização Municipal - SICOM.

5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado

A Diretoria de Controle Externo do Estado tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito da Administração Estadual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, que tem por finalidade acompanhar e analisar a gestão do Governo do Estado, em seus aspectos globais;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização do Estado, que têm por finalidade executar ações de controle em suas áreas de atuação e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial da Administração Estadual.

5.3.1.3 Diretoria de Matérias Especiais

A Diretoria de Matérias Especiais tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Análise de Editais de Licitação, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de licitação;
- Coordenadoria de Auditoria Operacional, que tem por finalidade realizar de forma precípua auditorias operacionais no âmbito de jurisdição do Tribunal, bem como desenvolver e disseminar métodos e técnicas sobre essa modalidade de auditoria;
- Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais, que tem por finalidade examinar processos de empréstimos e operações de crédito externo, bem como a aplicação dos recursos deles resultantes.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Matérias Especiais possui em sua estrutura uma Comissão de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia

A Diretoria de Engenharia e Perícia tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que tem por finalidade fiscalizar as concessões comuns, administrativas e patrocinadas e as parcerias público-privadas, no âmbito estadual e no municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia, que tem por finalidade promover as ações de controle externo em obras e serviços de engenharia, executados ou contratados por órgãos ou entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal.

5.3.1.5 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Municipal, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão, bem como os atos de complementação ou cancelamento na Administração Direta ou Indireta Estadual;
- Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de concurso público.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal possui em sua estrutura uma Assessoria de Apoio à Fiscalização de Atos de Pessoal.

5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo

Entre as ações de controle externo realizadas no trimestre, destacam-se:

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Planejamento e realização de 7 (sete) auditorias nos seguintes municípios: São Gotardo, Patrocínio, Comerciinho, Mato Verde, Montes Claros, Vespasiano e Itabirito.
Desenvolvimento de auditoria <i>on line</i> visando implementar o sistema SAFE, dando continuidade aos trabalhos já iniciados.
Auditoria de revisão das demonstrações contábeis da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (exercício 2013).

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Trabalhos de auditoria referentes aos desembolsos efetuados no exercício de 2014, relativos ao componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo n.º 7547-BR, celebrado entre o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Estado de Minas Gerais.
Planejamento e execução dos trabalhos de auditoria referentes ao componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo 7547-BR, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2014, e monitoramento das recomendações dos relatórios anteriores.
Conclusão da análise técnica do plano de ação referente ao monitoramento da auditoria operacional coordenada no Ensino Médio.
Conclusão da análise técnica do plano de ação referente ao monitoramento da auditoria operacional iniciada em 2009, na Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de avaliar o Programa Saúde em Casa, estruturado em função do Programa Federal Saúde da Família.
Conclusão da elaboração do relatório final de auditoria realizada na COPASA-MG – Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de MG – COPANOR, em cumprimento ao Plano Anual de Auditorias desta Corte referente ao exercício de 2012.
Conclusão da elaboração do relatório preliminar de auditoria operacional coordenada no tema saúde, em cumprimento ao cronograma definido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Comitê de Auditoria do Instituto Rui Barbosa.
Conclusão do relatório preliminar da auditoria operacional realizada no SISEMA, que teve por objetivo avaliar o desempenho de suas atividades relativas ao setor de mineração, com ênfase na extração de minério de ferro.
Conclusão do relatório preliminar referente ao município de Itabira, integrante da auditoria operacional que está sendo realizada para avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas.
Conclusão da primeira fase dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, com entrega à Presidência da Minuta de Questionário, acompanhada de Sumário, Matriz de Planejamento, Glossário, Modelo de Cadastramento, Fundamentação e Critérios para as Questões, Notas de Esclarecimentos, Listas de Municípios, Órgãos e Entidade da Administração Pública Estadual.
Confecção e distribuição de folders de divulgação da auditoria operacional realizada nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado.
Avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais por Rede de Desenvolvimento Integrado e do planejamento orçamentário.
Análise dos critérios de contratação para aquisição de medicamentos destinados aos beneficiários do sistema de saúde IPSP e PMMG, em continuidade ao levantamento iniciado pela SCE-Suricato.
Acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, referentes ao exercício de 2014, visando à análise da gestão do Governo.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, suas memórias de cálculo e a metodologia dos valores referentes aos dois primeiros quadrimestres de 2014, para fins de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado e de aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites e das vedações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
Entrega do Relatório Técnico Parcial sobre o acompanhamento da gestão fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2014.
Emissão de certidões, por determinação da Presidente do Tribunal de Contas, objetivando compor documentação exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional para instrução de contratação e execução de operações de crédito pelo Estado, tendo em vista solicitação do Secretário de Estado de Fazenda.
Reunião com a Controladora Geral do Estado, para discutir e elucidar questões relativas às despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Reunião com representantes da SCCG/SEF para tratar de assuntos relacionados à apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Reuniões técnicas para aperfeiçoamento do processo de avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais, a partir da estratégia de desenvolvimento delineada no PMDI e materializada por meio dos programas constantes do PPAG e da Lei Orçamentária.
Visita técnica à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, junto ao Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação da Administração Pública Estadual, visando ao intercâmbio de conhecimentos relativos à política adotada pelo estado mineiro no âmbito da Governança de TIC.
Visita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, com o objetivo de conhecer os trabalhos técnicos empreendidos por aquele Órgão, com vistas ao levantamento do uso e do nível de conhecimento dos recursos de informática pelas prefeituras municipais paulistas e da metodologia de cálculo do i-GOV TCE – Índice de Governança de Tecnologia da Informação naquele Estado.
Análise prioritária dos processos referentes ao Projeto Otimizar, que estabeleceu procedimentos para a racionalização nas análises técnicas e nas deliberações de processos em trâmite nesta Casa, tais como: Balancete Mensal, Prestação de Contas de Exercício, Prestação de Contas de Ordenadores, Prestação de Contas de Auxílio de Subvenção, Prestação de Contas de Convênio, Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio, Termo Aditivo a Convênio, Convênio, Termo de Rescisão de Convênio, Termo Aditivo a Contrato, Termo de Acordo, Termo de Cessão, Termo de Doação, Termo de Comodato, Termo de Re-Ratificação, Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial.
Análises das Tomadas de Contas Especiais (Exame Inicial e Reexame), Representação, Licitação, Denúncia, Contrato, Prestação de Contas do Exercício e Edital de Licitação cumprindo as metas estabelecidas, considerando o número disponível de servidores para execução dos trabalhos, no período considerado.
Análise de processos de Aposentadoria, Reforma, Pensão, Denúncia, Representação e Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal.
Levantamento diário dos dados de licitações, contratos e outros objetos pesquisados diariamente no jornal Diário Oficial do Estado, com anotações em planilhas, para alimentar o sistema Geo-Obras.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(conclusão)

Ações
Treinamento de servidoras da Superintendência do Pessoal dos Serviços Notariais, de Registro e de Concessão Cartorial – Casa Civil, sobre o FISCAP Módulo Concessão.
Treinamento de servidoras da Ultramig sobre o FISCAP Módulo Concessão.

Fonte: Superintendência do Controle Externo, Diretoria de Controle Externo dos Municípios, Diretoria de Controle Externo do Estado, Diretoria de Matérias Especiais, Diretoria de Engenharia e Perícia e Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.

5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No trimestre, foram examinados 7.518 (sete mil, quinhentos e dezoito) processos pelas Diretorias de Controle Externo, como registrado nas Tabelas 8, 9, 10, 11 e 12.

TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	2
Assunto Administrativo - Câmaras	3
Assunto Administrativo - Pleno	1
Auditoria/Auditoria - Atos de Pessoal	11
Consulta	5
Denúncia	40
Embargos Declaratórios	1
Inspeção Extraordinária	3
Inspeção Ordinária	19
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	10
Pedido de Reexame	31
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	17
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	4
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	61
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	185
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	412

TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Prestação de Contas Municipal	187
Processo Administrativo	124
Recurso de Reconsideração	1
Recurso de Revisão	6
Recurso Ordinário	11
Relatório de Inspeção	12
Representação	49
Tomada de Contas	1
Tomada de Contas Especial	6
Total	1.206

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE

(continua)

Natureza	Quantidade
Apostila	1
Auditoria	1
Balanço Geral	2
Contrato	12
Convênio	12
Denúncia	6
Edital de Licitação	1
Inspeção Extraordinária	1
Inspeção Ordinária	2
Licitação	6
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	1
Prestação de Contas de Contrato	8
Prestação de Contas de Convênio	18
Prestação de Contas de Exercício	41
Prestação de Contas de Ordenadores	1
Prestação de Contas de Termo Aditivo	2
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	5
Processo Administrativo	3

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Recurso Ordinário	2
Relatório de Inspeção Extraordinária	1
Representação	6
Retificação Termo Aditivo a Contrato	1
Retificação Termo Aditivo a Convênio	3
Termo Aditivo a Convênio	10
Termo de Apostila a Contrato	33
Tomada de Contas	1
Tomada de Contas Especial	69
Total	249

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 10 - Processos Examinados pela DME

Natureza	Quantidade
Agravo	1
Denúncia	87
Edital de Licitação	18
Embargos Declaratórios	1
Licitação	1
Monitoramento	2
Recurso Ordinário	1
Representação	2
Total	113

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP

(continua)

Natureza	Quantidade
Adendo ao Contrato	1
Auditoria	3
Consulta	2
Denúncia	42
Edital de Licitação	5
Inspeção Extraordinária	2

TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Licitação	2
Processo Administrativo	2
Representação	16
Total	75

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	4.496
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	3
Denúncia	6
Edital de Concurso Público	39
Pensão	826
Recurso de Revisão	1
Recurso Ordinário	1
Reforma	498
Representação	5
Total	5.875

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.3.4 Capacitação de Servidores

Os servidores da área técnica participaram de vários eventos, como demonstrado nas Tabelas 13, 14, 15, 16 e 17.

TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM

(continua)

Eventos
Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo: Licitações e Contratos II
Curso de capacitação sobre o funcionamento do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios-SICOM
Curso Técnica Legislativa
Excel Básico
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública

TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM

(conclusão)

Eventos
Oficinas de trabalho para identificação/discussão dos benefícios das ações de controle externo
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”
Seminário “Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”

Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios - DCEM.

TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE

Eventos
Capacitação “Conheça o SICOM”
Curso de Orçamento Público e Transparência
Curso “Relatório de Auditoria”
Curso “Técnica Legislativa”
Excel Básico e Avançado
Formação em Finanças Públicas para Agentes de Controle Social
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Oficinas de trabalho para identificação/discussão dos benefícios das ações de controles externo
Curso de Outlook
Palestra “Direito Financeiro”
Palestra “Excelência, Inovação, Talento e Você”
Curso de Power Point
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”
Seminário “Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência para Pregões”
Seminário “Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública”
Seminário “Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”
Curso de Word Básico, Intermediário e Avançado
XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário: Concorrência, Globalização e Governança Tributária

Fonte: Diretoria de Controle Externo do Estado – DCEE.

TABELA 15 – Participação em Eventos – DME

Eventos
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo – Seminário “Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência”
Curso de Auditoria em Tecnologia da Informação
Curso Sobre Governança, Análise de Riscos e Avaliação de Controles Internos e Papéis de Trabalho
Evento de interlocução dos Órgãos de Controle e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
Curso de Excel Avançado
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Oficina de Achados no Tribunal de Contas da União
Oficinas de trabalho para identificação/discussão dos benefícios das ações de controles externo
Pós-Graduação “Curso de Aperfeiçoamento de Direito Tributário”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”
Treinamento Fiduciário organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
VI Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação
Curso da ferramenta Visio
Curso de Word Avançado
Workshop para preparação da auditoria coordenada em segurança pública no TCU

Fonte: Diretoria de Matérias Especiais – DME.

TABELA 16 – Participação em Eventos – DEP

Eventos
Seminário Auditoria em obras rodoviárias
Encontro Técnico do Grupo de Trabalho de Harmonização de Papéis e Relatório de Auditoria em Belo Horizonte, Governança, Análise de Riscos e Avaliação de Controles Internos
Fórum Mineiro dos Municípios - Apresentação do Geo-Obras
Mobilidade Urbana
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”
Seminário “Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio” Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”

Fonte: Diretoria de Engenharia e Perícia - DEP.

TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP

Eventos
Curso “Função Pública”
Curso sobre Concurso Público
Curso “Técnica Legislativa”
Seminário “Tributação sobre o Consumo”
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”
XIV Congresso da AMIPREM

Fonte: Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP.

5.4 Deliberações

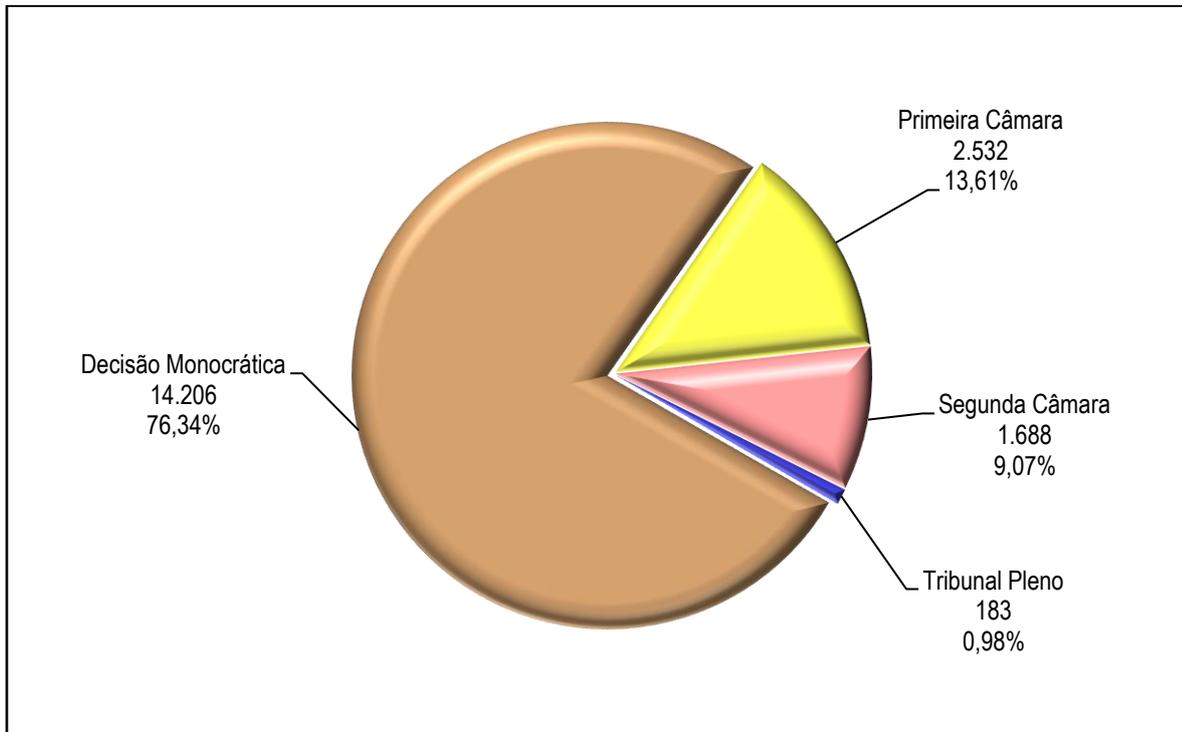
As deliberações do Tribunal de Contas têm a forma de:

- acórdão;
- parecer;
- instrução normativa;
- resolução;
- decisão normativa;
- decisão monocrática.

No trimestre foram realizadas 27 (vinte e sete) sessões, sendo 10 (dez) do Tribunal Pleno, 10 (dez) da Primeira Câmara e 7 (sete) da Segunda Câmara.

Foram deliberados 4.403 (quatro mil, quatrocentos e três) processos nas sessões realizadas e 14.206 (quatorze mil, duzentos e seis) processos por decisão monocrática, totalizando, 18.609 (dezoito mil, seiscentos e nove) processos deliberados no trimestre.

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.4.1 Tribunal Pleno

TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	3
Assunto Administrativo - Ato Normativo	16
Assunto Administrativo - Pleno	9
Consulta	7
Denúncia	5
Edital de Licitação	1
Embargos Declaratórios	5
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Monitoramento	2
Pedido de Rescisão	1
Recurso Administrativo	1
Recurso de Reconsideração	1
Recurso de Rescisão	1

TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Recurso de Revisão	49
Recurso Ordinário	79
Representação	1
Tomada de Contas Extraordinária	1
Total	183

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Agravo	-	1	1
Aposentadoria	887	662	1.549
Assunto Administrativo - Câmaras	-	45	45
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	18	11	29
Auditoria	3	-	3
Balancete Mensal	11	12	23
Balanço Geral	1	1	2
Contrato	-	1	1
Convênio	69	58	127
Denúncia	63	40	103
Edital de Concurso Público	6	3	9
Edital de Licitação	8	10	18
Embargos Declaratórios	3	1	4
Inspeção Extraordinária	1	2	3
Inspeção Extraordinária - Licitação	4	-	4
Inspeção Ordinária	44	7	51
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	8	4	12
Inspeção Ordinária - Licitação	1	1	2
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	5	-	5

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(conclusão)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	10	6	16
Licitação	5	5	10
Pedido de Reexame	34	30	64
Pensão	54	50	104
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	2	-	2
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	33	7	40
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	1	1	2
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	13	42	55
Prestação de Contas de Contrato	1	1	2
Prestação de Contas de Convênio	44	22	66
Prestação de Contas de Exercício	28	14	42
Prestação de Contas de Ordenadores	1	-	1
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	3	-	3
Prestação de Contas do Executivo Municipal	128	83	211
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	438	365	803
Prestação de Contas Municipal	277	85	362
Processo Administrativo	137	56	193
Recurso de Reconsideração	5	1	6
Reforma	1	-	1
Relatório de Auditoria	1	-	1
Relatório de Inspeção	4	2	6
Relatório de Inspeção - Licitação	2	-	2
Representação	29	14	43
Termo Aditivo a Contrato	-	1	1
Termo Aditivo a Convênio	25	3	28
Tomada de Contas	12	3	15
Tomada de Contas Especial	110	38	148
Tomada de Contas Extraordinária	2	-	2
Total	2.532	1.688	4.220

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.4.3 Decisões Monocráticas

Nos termos do inciso VI do art. 200 do Regimento Interno, as deliberações do Tribunal terão a forma de decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

No trimestre, as decisões monocráticas ocorreram nos seguintes casos:

- registro / averbação de atos - aposentadoria, reforma e pensão;
- decadência;
- prescrição;
- inadmissão de recursos;
- inadmissão de pedido de rescisão;
- inadmissão de consultas.

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(continua)

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	10.784
Balancete Mensal	12
Consulta	21
Convênio	11
Denúncia	1
Embargos Declaratórios	5
Inspeção Extraordinária	4
Inspeção Extraordinária - Licitação	3
Inspeção Ordinária	107
Inspeção Ordinária - Licitação	6
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	2
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	62
Licitação	28
Pedido de Rescisão	2
Pensão	1.749
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	1
Prestação de Contas de Convênio	7

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Prestação de Contas de Exercício	239
Prestação de Contas de Ordenadores	1
Prestação de Contas Municipal	188
Processo Administrativo	433
Recurso Ordinário	6
Reforma	445
Relatório de Avaliação Atuarial	1
Relatório de Inspeção	24
Relatório de Inspeção - Licitação	9
Representação	2
Termo Aditivo a Convênio	4
Tomada de Contas	12
Tomada de Contas Especial	36
Tomada de Contas Extraordinária	1
Total	14.206

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

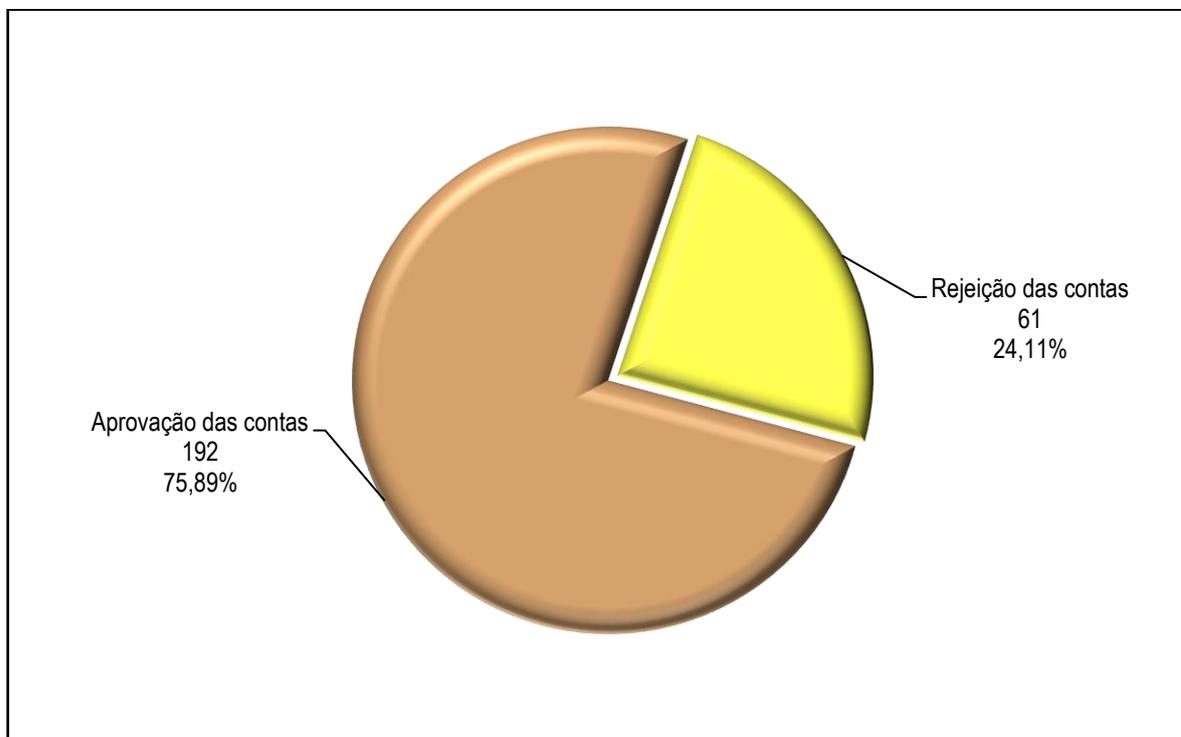
5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio

O art. 42 da Lei Complementar nº 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas, com ressalva, e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada Lei.

No trimestre foram emitidos 253 (duzentos e cinquenta e três) pareceres, como registrado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.4.5 Deliberação em Consulta

O TCEMG emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

O parágrafo único do art. 210 do citado Regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No trimestre, foram submetidos ao Tribunal Pleno, para deliberação, pareceres em 7 (sete) processos de consulta, cujas indagações estão transcritas na Tabela 21.

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consultantes	Indagações
874.019	Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba, Afrânio Machado Borges Prata	<ul style="list-style-type: none"> – A regra disposta no art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70, deve ser considerada no cálculo da aposentadoria por invalidez concedida com proventos proporcionais, ou seja, aquelas que não decorrem de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável? – Como proceder caso os proventos de aposentadoria por invalidez calculados pela fórmula anterior sejam maiores do que os estabelecidos pela Emenda Constitucional n.º 70/2012? – Os atos de aposentadoria devem ser retificados? Em caso positivo, deverão ser enviados juntamente com a memória de cálculos a esse Tribunal?
898.575	Prefeito do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Antônio Carlos Noronha Bicalho	<ul style="list-style-type: none"> – A contratação da ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor, por ente Municipal, pode ocorrer mediante dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação, com fundamento, respectivamente, nos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93? E por intermédio de inexigibilidade de licitação, com fundamento na Lei Estadual nº 8.611/84? – Pode o Município repassar subvenção social, prevista na Lei Federal nº 4.320/64, para a ASSPROM, objetivando a utilização da mão de obra do menor aprendiz nos quadros do Poder Público Municipal?
911.586	Prefeita do Município de Pedro Leopoldo, Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira	<ul style="list-style-type: none"> – Havendo previsão legislativa, é lícito o Município conceder gratificação natalina extra para os servidores públicos com pagamento “in natura”?

TABELA 21 - Consultas

(conclusão)

Processo	Consultentes	Indagações
932.477	Prefeito do Município de Lagoa Formosa, José Wilson Amorim	<ul style="list-style-type: none"> – A apuração do superávit financeiro, constante do balanço patrimonial do exercício anterior para ser utilizado na abertura de crédito adicional, poderá ser efetuada com a especificação da fonte e destinação de recursos constantes nas normas que regulamentam o SICOM? – Na apuração do excesso de arrecadação para abertura de crédito adicional, poderá ser efetuada por especificação da fonte e destinação de recursos constantes nas normas que regulamentam o SICOM? – Poderá haver abertura de crédito adicional utilizando-se recursos de fontes distintas, dentre aquelas constantes do orçamento do exercício corrente, quando se tratar das especificações de fonte e destinação de recursos de convênios (22, 23, 24 e 42) que integram as normas que regulamentam o SICOM?
932.586	Controlador Geral do Município de Ouro Preto, Dalton e Silva Zanetti	<ul style="list-style-type: none"> – É possível servidor público ocupante de cargo comissionado formar Comissão de Tomada de Contas Especial?
932.776	Prefeito do Município de Estrela do Indaiá, Tibúrcio Délbis	<ul style="list-style-type: none"> – Pode o Poder Executivo Municipal alterar a data de repasse para o Poder Legislativo, que segundo o art. 29-A, § 2º, inciso II da CF é dia 20 do mês em curso, para o dia 10 do mês seguinte ao vencido? – Se afirmativa a resposta, fica eximido o crime de responsabilidade de que trata o citado § 2º do art. 29-A da CF, dada a ausência de justa causa?
942.196	Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Carlos Bitencourt Marcondes e Procuradora-Geral de Justiça, Maria Odete Souto Pereira	<ul style="list-style-type: none"> – É possível a extensão do auxílio saúde concedido aos membros da Magistratura e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pelas Leis Complementares nº 59/2001 e nº 34/2001, aos membros aposentados?

Fonte: SGAP.

5.5 Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas

No 4º trimestre de 2014, foram aprovadas 11 (onze) resoluções, 2 (duas) instruções normativas e 2 (duas) decisões normativas, como destacado nas Tabelas 22, 23 e 24.

TABELA 22 - Resoluções

(continua)

Número	Assunto
R - 17/2014	Acrescenta o CAPÍTULO XV ao TÍTULO IV e os arts. 392-A e 392-B ao TÍTULO XIII, ambos da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
R - 18/2014	Fixa o valor do auxílio-alimentação para o servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera o art. 4º da Resolução nº 18, de 19 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação para o servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”.
R - 19/2014	Dispõe sobre férias de Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e revoga a Resolução nº 22 de 18/12/13.
R - 20/2014	Regulamenta o auxílio-moradia previsto nos arts. 114, VII, da Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001 e 119, II, da Lei Complementar Estadual nº 34, de 12 de setembro de 1994, com redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 61, de 12 de julho de 2001 devido aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas e aos Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 21/2014	Altera o caput e acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 29 e altera o art. 81, ambos da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 22/2014	Altera o caput do art. 93 e o art. 124, revoga os incisos XLVIII e XLIX do art. 41 e o art. 94, todos da Resolução nº 12, de 17/12/2008, e acrescenta o art. 94-A.
R - 23/2014	Acrescenta parágrafo único ao art. 269 da Resolução nº 12, de 17/12/2008.
R - 24/2014	Fixa os valores das diárias de viagem dos Conselheiros e dos Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas, bem como dos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal.
R - 25/2014	Altera o art. 7º da Resolução nº 20, de 12 de novembro de 2014, que “regulamenta o auxílio-moradia previsto nos arts. 114, VII, da Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001 e 119, II, da Lei Complementar Estadual nº 34, de 12 de setembro de 1994, com redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 61, de 12 de julho de 2001 devido aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas e aos Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais”.

TABELA 22 - Resoluções

(conclusão)

Número	Assunto
R - 26/2014	Fixa os valores das diárias de viagem dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 27/2014	Aprova o plano estratégico institucional para o período de 2015 a 2019.

Fonte: TCLegis - Sistema Integrado de Pesquisa.

TABELA 23 - Instruções Normativas

Número	Assunto
IN - 03/2014	Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício de 2014 e dá outras providências.
IN - 04/2014	Altera a Instrução Normativa n° 03, de 27 de abril de 2011, com suas modificações posteriores, que “dispõe sobre a fiscalização dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão, bem como dos atos de complementação e de cancelamento, dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios”: 1) modifica o art. 2º, o § 1º, VII, e os §§ 4º e 5º, todos do art. 5º, bem como o § 1º do art. 6º; 2) acrescenta o art. 5º-A, que trata das aposentadorias especiais previstas nos incisos I a III do § 4º do art. 40 da Constituição da República; e 3) exclui o inciso XI do § 3º do art. 5º.

Fonte: TCLegis - Sistema Integrado de Pesquisa.

TABELA 24 - Decisões Normativas

Número	Assunto
DN - 02/2014	Define as unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2014, para fins de julgamento, bem como os documentos e informações que comporão as contas anuais.
DN - 03/2014	Determina o encaminhamento de documentos ao Tribunal pelas unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual cujos titulares não foram selecionados para apresentar as contas anuais referentes ao exercício de 2014, para fins de julgamento.

Fonte: TCLegis - Sistema Integrado de Pesquisa.

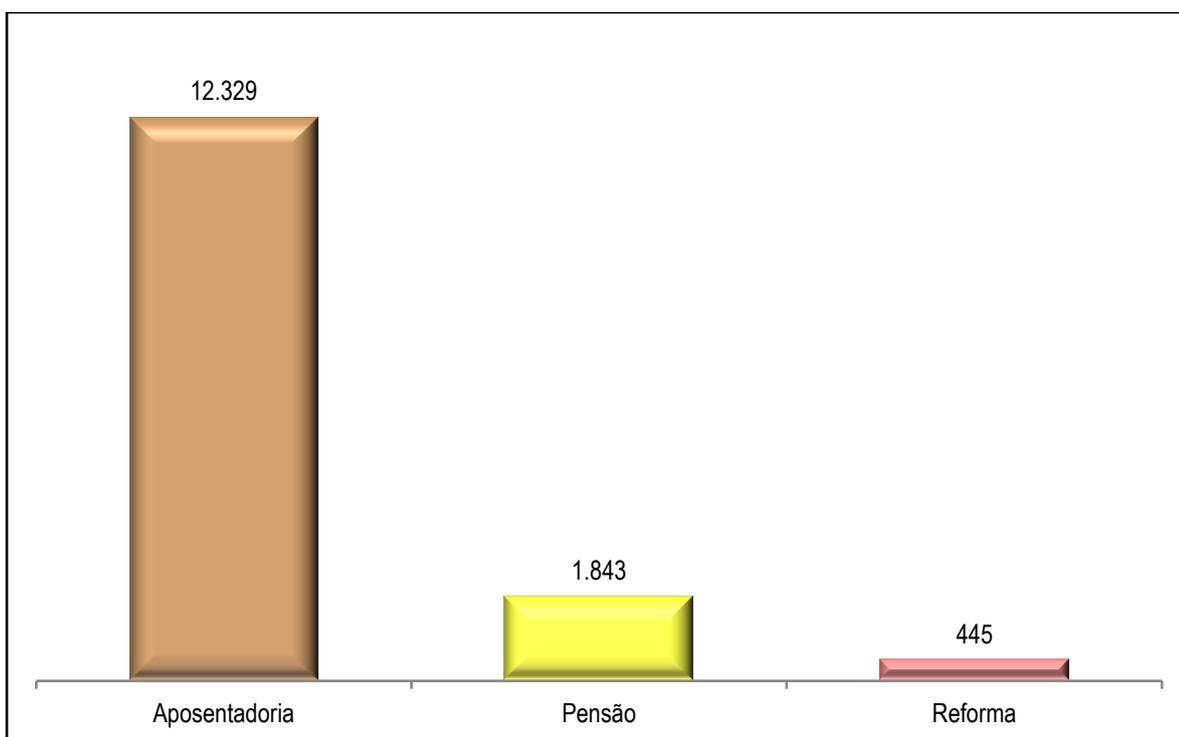
5.6 Registro de Atos

O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

No trimestre, foram realizados 14.617 (quatorze mil, seiscentos e dezessete) registros, sendo 929 (novecentos e vinte e nove) pela Primeira Câmara, 710 (setecentos e dez) pela Segunda Câmara e 12.978 (doze mil, novecentos e setenta e oito) por decisão monocrática.

Foram registrados 12.329 (doze mil, trezentas e vinte e nove) Aposentadorias, 1.843 (um mil, oitocentas e quarenta e três) Pensões e 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) Reformas, como demonstrado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Registro de Atos



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório

O Regimento Interno, em seu art. 262, dispõe que os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais sujeitam-se a exame prévio pelo Tribunal.

De acordo com o art. 264 do citado Regimento, a licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Em caso de decisão monocrática, o Conselheiro Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, nos termos do disposto no § 1º do art. 264 do Regimento Interno.

No trimestre, foram suspensos 19 (dezenove) Editais de Licitação, sendo que 11 (onze) foram suspensos pela Primeira Câmara e 8 (oito) pela Segunda Câmara.

Suspensão o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determina a adequação do edital aos ditames legais. Verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos são novamente submetidos ao Colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente determinada.

No que tange aos Editais de Concurso Público, ao proceder à análise, o Tribunal poderá suspender o certame, mediante medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, como também se constatada ilegalidade.

Foram suspensos, no trimestre, 4 (quatro) Editais de Concursos Públicos, sendo que 2 (dois) foram suspensos pela Primeira Câmara e 2 (dois) pela Segunda Câmara.

5.8 Sanções

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Conforme dispõe o art. 316 do mencionado Regimento, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º do citado Regimento.

Nas Tabelas 25 e 26, estão registradas as multas aplicadas e os ressarcimentos determinados no trimestre.

TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade

Irregularidade	Tribunal Pleno	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Ausência de conta corrente específica para os recursos destinados à educação/saúde	-	R\$ 6.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 13.500,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	R\$ 4.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 34.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório da Gestão Fiscal	-	-	R\$ 98.000,00	R\$ 98.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	R\$ 54.000,00	R\$ 54.000,00
Descumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério	-	R\$ 2.000,00	-	R\$ 2.000,00
Dispensa/Inexigibilidade com irregularidade(s)	-	R\$ 11.250,00	R\$ 10.000,00	R\$ 21.250,00
Falta de procedimento licitatório	-	R\$ 30.560,00	R\$ 22.500,00	R\$ 53.060,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino/saúde para os órgãos responsáveis	-	R\$ 12.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
Irregularidade(s) em Convênio/Contrato/Termo Aditivo	-	R\$ 26.500,00	R\$ 90.200,00	R\$ 116.700,00
Irregularidade(s) com recursos do FUNDEF/FUNDEB	-	R\$ 2.000,00	R\$ 12.500,00	R\$ 14.500,00
Irregularidade(s) relativa(s) ao Controle Interno	-	R\$ 26.100,00	R\$ 2.000,00	R\$ 28.100,00
Irregularidade(s) nas Contas do Executivo Municipal	-	R\$ 94.000,00	-	R\$ 94.000,00
Irregularidade(s) nos gastos com o ensino/saúde	-	R\$ 3.000,00	-	R\$ 3.000,00
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	-	R\$ 231.250,00	R\$ 32.500,00	R\$ 263.750,00
Irregularidade(s) na(s) Prestação(ões) de Contas	-	-	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Outras irregularidades	-	R\$ 53.830,00	R\$ 41.407,66	R\$ 95.237,66
Total	R\$ 4.000,00	R\$ 513.490,00	R\$ 389.607,66	R\$ 907.097,66

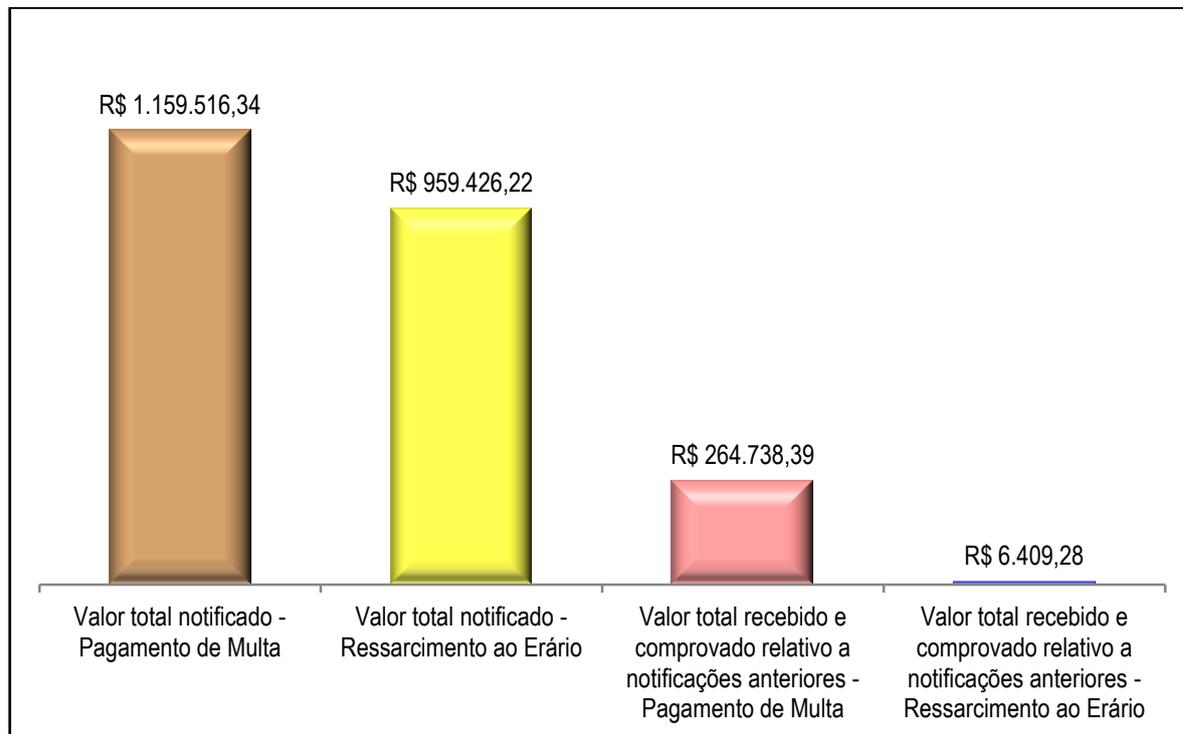
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 26 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade

Irregularidade	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Ausência de comprovação da execução do objeto	R\$ 137.558,25	R\$ 22.389,07	R\$ 159.947,32
Contrato/Convênio irregularmente executado	R\$ 1.017.483,84	R\$ 744.079,81	R\$ 1.761.563,65
Despesas com publicidade realizadas irregularmente	R\$ 12.328,40	-	R\$ 12.328,40
Despesas não afetas ao interesse público	R\$ 4.729,00	R\$ 482,00	R\$ 5.211,00
Falta de comprovação de despesas com documentos legais	R\$ 334.960,16	-	R\$ 334.960,16
Realização de despesas sem a observância de procedimentos legais	R\$ 1.569.312,04	-	R\$ 1.569.312,04
Recebimento indevido de subsídio	R\$ 167.528,70	R\$ 333.206,94	R\$ 500.735,64
Outras irregularidades	R\$ 132.668,89	-	R\$ 132.668,89
Total	R\$ 3.376.569,28	R\$ 1.100.157,82	R\$ 4.476.727,10

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

No trimestre, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 125 (cento e vinte e cinco) certidões de débito ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais, como discriminado nas Tabelas 27 e 28.

TABELA 27 - Multa

Certidões	Valor Total
66	R\$ 671.115,21

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 28 - Ressarcimento ao Erário

Certidões	Valor Total
59	R\$ 1.845.379,03

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.9 Recursos Deliberados

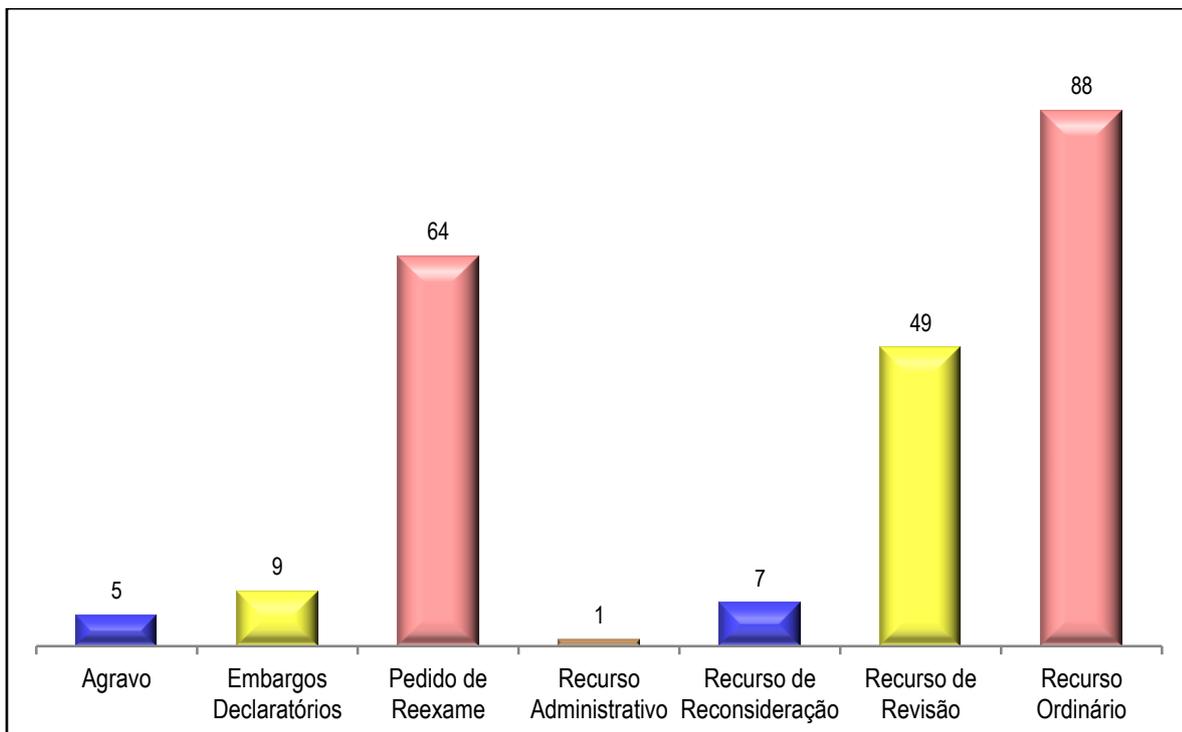
Nos termos do art. 324 do Regimento Interno, das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

- recurso ordinário;
- agravo;
- embargos de declaração;
- pedido de reexame.

Poderão interpor recurso os responsáveis pelos atos impugnados; os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo; o Ministério Público junto ao Tribunal.

No 4º trimestre, foram deliberados 223 (duzentos e vinte e três) recursos, como registrado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados

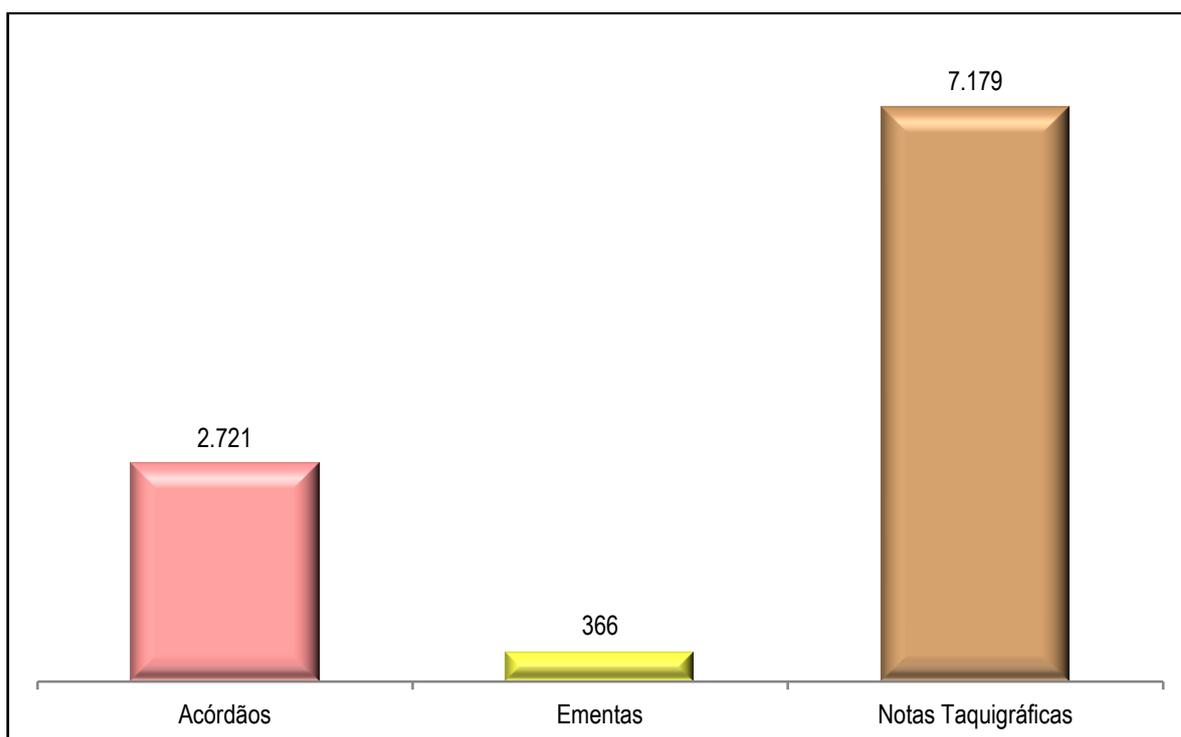


Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados

Foram emitidas, no trimestre, 7.179 (sete mil, cento e setenta e nove) notas taquigráficas, publicados 2.721 (dois mil, setecentos e vinte e um) acórdãos e 366 (trezentas e sessenta e seis) ementas, sendo que 8 (oito) referem-se a parecer em consulta e 358 (trezentas e cinquenta e oito) a parecer prévio.

GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.11 Certidões

No trimestre, foram emitidas 541 (quinhentas e quarenta e uma) certidões, como especificado na Tabela 29.

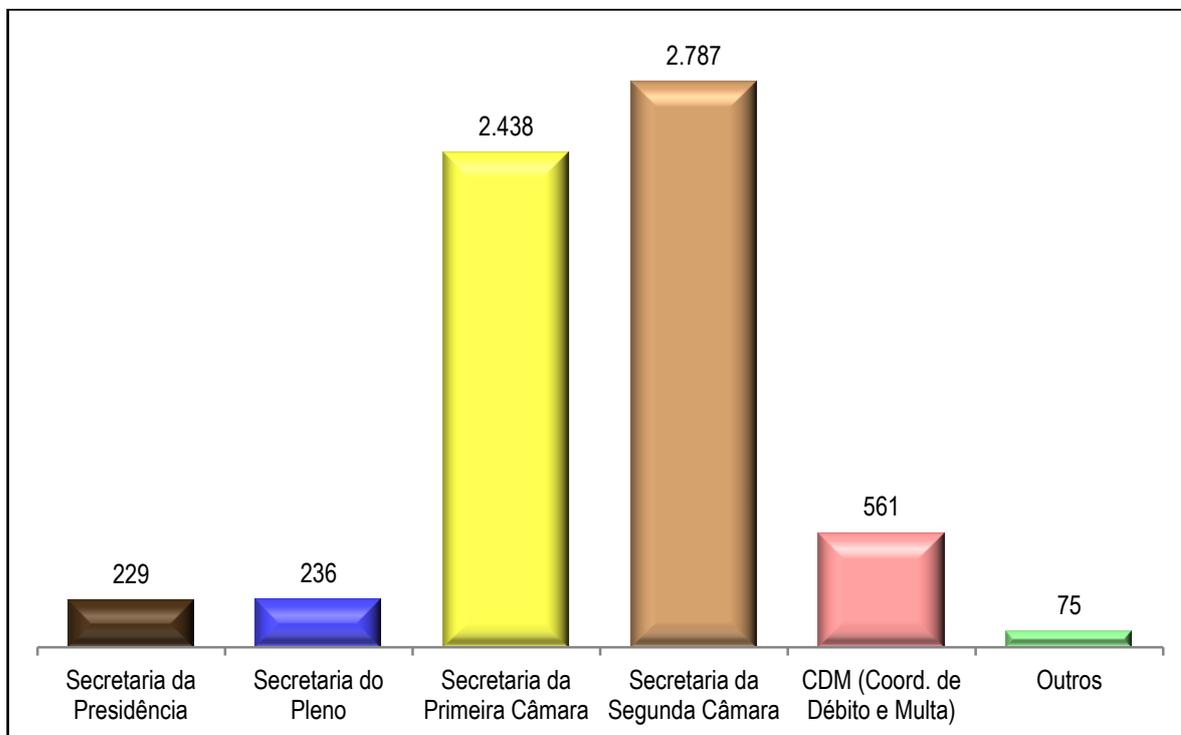
TABELA 29 - Certidões Emitidas

Forma/Finalidade	Sec. Pleno	Sec. Primeira Câmara	Sec. Segunda Câmara	DCEM	DCEE	Total
Inteiro teor	-	2	9	-	-	11
Para instrução de recurso	68	-	-	-	-	68
Para atendimento aos Jurisdicionados						
- Saúde/Ensino	-	-	-	172	-	345
- Pessoal	-	-	-	42	-	
- Fundeb	-	-	-	40	-	
- Limites LRF (Gestão Fiscal)	-	-	-	91	-	
Para contratação de operações de crédito e celebração de convênios pelos Municípios	-	-	-	38	-	38
Para contratação de operações de crédito da Dívida Interna e Externa	-	-	-	-	2	2
Outras certidões	40	-	-	34	3	77
Total	108	2	9	417	5	541

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas

GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o Tribunal de Contas realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

- Protocolo de Intenções celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, com a Faculdade Arnaldo, objetivando o apoio da Faculdade Arnaldo ao Tribunal e à OAB/MG, para a realização do Programa “Ponto de Expressão”.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Instituto AMM, objetivando a troca de conhecimento e o compartilhamento de ações educacionais, incluindo a concessão de desconto nas mensalidades dos cursos de graduação oferecidos pela Instituição de Ensino Superior – IES.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando possibilitar, em caráter colaborativo e pedagógico, a transferência mútua de expertise e conhecimentos por meio de servidores especializados.
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; objetivando a cooperação e o intercâmbio de inteligência na área da tecnologia da informação entre os partícipes.
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Instituto Rui Barbosa e outros Tribunais de Contas Brasileiros, objetivando a prática de ações conjuntas para se obter o perfil de governança pública e de governança e gestão das aquisições em órgãos e entidades estaduais e municipais.
- Termo de Adesão celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Instituto Rui Barbosa – IRB, objetivando a anuência ao disposto no Estatuto Social do IRB.
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, objetivando estabelecer a transferência de conhecimentos, informações e experiências e a cooperação técnico-científica, visando ao desenvolvimento de metodologias de custos.

- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, objetivando o intercâmbio de informações para o exercício auxiliar do Controle Externo.
- Convênio celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT objetivando a prestação, pela ECT, do Serviço de Protocolo Postal.

7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução nº 5, de 10 de agosto de 1994, tem por missão promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, que tem como principal objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

7.2 Eventos Internos e Externos

Nas Tabelas 30 e 31 estão registrados alguns dos eventos internos e externos que ocorreram no período.

TABELA 30 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Capacitação “Lousas Interativas”	2 servidores
Capacitação “Rais”	13 servidores
Curso “Formação de Tutores Virtuais para a EaD”	21 participantes
Curso “Formação de Tutores Virtuais para a EaD”	21 servidores
Curso Online de Auditoria Governamental/Operacional	3 servidores
Curso Online de Avaliação de Controles Internos - TCU	2 servidores
Curso Online de Regime Diferenciado de Contratação Pública - TCU	2 servidores
Curso “Técnica Legislativa”	22 servidores

TABELA 30 - Eventos Internos

(continua)

Eventos	Participantes
Curso de Excel Avançado	16 servidores
Curso de Excel Básico e Avançado	45 servidores
Curso de Outlook	22 servidores
Palestra “Ética na Corporação”	21 servidores
Ponto de Expressão - Novo Marco Regulatório da Mineração	511 participantes
Ponto de Expressão - Novo Marco Regulatório da Mineração	5 servidores
Ponto de Expressão - Revisão da Lei nº 8.666/93	18 servidores
Ponto de Expressão - Revisão da Lei nº 8.666/93	134 participantes
Curso de Power Point	16 servidores
Curso de Prezi	19 servidores
Programa de Capacitação em Atendimento ao Público	65 servidores
Projeto Conhecer - Faculdade Unipac	40 participantes
Projeto Conhecer - Pronatec de Ponte Nova	20 participantes
Projeto Conhecer - Unipac - Barbacena	50 participantes
Seminário “Auditoria em Obras de Pavimentação”	15 participantes
Seminário “Auditoria em Obras de Pavimentação”	15 servidores
Seminário “Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro na Constituição da República”	5 jurisdicionados
Seminário “Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro na Constituição da República”	5 servidores
Seminário “Macrotendências do Controle da Gestão dos Recursos Públicos: desafios e perspectivas”	50 servidores
Seminário “Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência para Pregões”	14 servidores
Seminário “Responsabilidade dos Agentes Públicos em Licitações e Termo de Referência para Pregões”	50 participantes
Seminário “Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública”	22 participantes
Seminário “Tópicos em Direito Tributário Aplicado à Administração Pública”	37 servidores
Seminário “Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas”	19 servidores
Seminário “Transportes Coletivos: Planejamento e cálculo de tarifas”	19 participantes
Seminário “Tributação sobre o Consumo”	41 participantes
Seminário “Tributação sobre o Consumo”	23 servidores
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”	43 servidores

TABELA 30 - Eventos Internos

(conclusão)

Eventos	Participantes
Simpósio “Processo Administrativo de Contas, Fiscal e Previdenciário”	13 participantes
VI Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil	37 participantes
VI Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil	15 servidores
Curso de Visio	10 servidores
Curso de Word Avançado	8 servidores
Curso de Word Básico e Avançado	30 servidores
Curso de Word Intermediário	14 servidores

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 31 - Eventos Externos

Eventos	Participantes
Curso de Relatórios de Auditoria - Trabalhos de procedimentos previamente acordados sobre informações contábeis	11 servidores
Curso “Estratégias Relacionais e Comunicação Assertiva”	3 servidores
Curso Online - Educação a Distância: Tutoria no TCU	3 servidores
Curso Online - Excel Avançado Aplicado ao Controle - TCU	2 servidores
Curso “Responsabilização de Agentes Públicos e Privados perante os Tribunais de Contas”	2 servidores
Fórum Mineiro dos Municípios - AMM - Apresentação do Geo-Obras	1 servidor
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública - Os desassossegos da função pública brasileira - entre o dever de boa administração e as garantias funcionais	175 participantes
Reunião Extraordinária da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, do Colégio de Presidentes das Comissões Seccionais de Direito Tributário e da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais	30 participantes
Seminário “Como Elaborar a Planilha de Formação de Preços da IN nº 02/08 e Como Julgar a Licitação para a Contratação dos Serviços Contínuos”	1 servidor
Seminário “Temas Aplicados e Relevantes sobre Contratação Pública”	1 servidor
X Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário e IV Congresso de Direito Previdenciário do Mercosul - Instituto Brasileiro Direito Previdenciário	3 servidores
X Encontro Nacional de Secretariado da Administração Pública	2 servidores
XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário: Concorrência, Globalização e Governança Tributária	593 participantes
XXIV Encontro das Escolas do Legislativo e de Contas	1 servidor

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

No 4º trimestre, foram capacitados 605 (seiscentos e cinco) servidores, 5 (cinco) jurisdicionados e 1.771 (um mil, setecentos e setenta e um) participantes externos, totalizando 2.381 (duas mil, trezentas e oitenta e uma) capacitações.

8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e, agora, seu exercício foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011.

A informação, ao ser disponibilizada, permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Nessa esteira e atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento dos objetivos estratégicos “Ser conhecido e reconhecido pela sociedade e instituições em geral” e “Estimular o Controle Social”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

8.1 Portal do TCEMG na Internet

TABELA 32 - Portal

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	74
<i>Downloads</i> de programas do TCEMG	3.969
Visualizações de páginas	418.717

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

8.2 Serviços e Sistemas Informatizados

TABELA 33 - Serviços e Sistemas Informatizados

(continua)

Serviço/Sistema	Especificação
Biblioteca	A Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa tem como objetivo prioritário apoiar os diversos setores do Tribunal de Contas no cumprimento de seus fins, constitucionalmente estabelecidos
Biblioteca/Acervo	O acervo da Biblioteca do Tribunal de Contas é especializado na área jurídica e contábil, mas abrange um número significativo de publicações em outras áreas do conhecimento
CNJ	Certidão de Contas - Permite a emissão e a verificação de autenticidade de certidões. É válida somente para pessoas físicas que possuam CPF
Conferência de Assinatura	Verifica a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente
Consulta a Documentos Processuais	Possibilita a consulta a documentos processuais no Portal do TCEMG
Consultas	Consultas respondidas pelo TCEMG
Escola de Contas	A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado
FISCAD	Fiscalização de Atos de Admissão
FISCAP	Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal
LEGISCAM	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal
Legislação Municipal - IN nº 5/2000	Permite a remessa de informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das Administrações Direta e Indireta dos Municípios
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG
minasdeolhonacopa	Site que permite ao cidadão acompanhar e auxiliar o TCEMG - um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos referentes à organização e à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, em Minas Gerais - em seu compromisso constitucional no exercício do controle externo

TABELA 33 - Serviços e Sistemas Informatizados

(conclusão)

Serviço/Sistema	Especificação
Ouvidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição
Portal do Servidor	Portal que disponibiliza ao servidor informações cadastrais, funcionais e de pagamento
PUSH	Envio de Informação Processual
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG, que tem por objetivo manter a base de dados cadastral atualizada
SEC	Sistema de Emissão de Certidão
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal
SIGI	Sistema de Gestão de Identidade
SIACE LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal
SIACE PCA	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual
SIACE PCA Lei 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual - Entidades de Direito Privado regidas pela Lei 6.404/76
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOM Consulta	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas
SIDE	Demonstrativos do Ensino
SIGMAT	Cadastro de Fornecedores e Coleta de Preços
TCJuris	Ferramenta de pesquisa livre de julgados
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

8.3 Intranet

TABELA 34 - Intranet

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	140
Visualizações de páginas	222.745

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

8.4 Redes Sociais (Twitter e Facebook)

As notícias de maior repercussão no período estão relacionadas na Tabela 35.

TABELA 35 - Notícias de Maior Repercussão

Notícias
Conselheiro Sebastião Helvécio é eleito Presidente do TCEMG para o biênio 2015-2016 e o Conselheiro Cláudio Terrão Vice-Presidente.
III Congresso Brasileiro de Estudos da Função Pública
Nota de Esclarecimento do TCEMG

Fonte: Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional.

8.5 Informativo de Jurisprudência

TABELA 36 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência

Atividade	Quantidade
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	43.857
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até dezembro de 2014	7.933

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

8.6 Revista do Tribunal de Contas

TABELA 37 - Atividades Relacionadas à Revista

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	7.786
Acessos à Revista do Tribunal	2.391
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i> até dezembro de 2014	2.263

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

8.7 Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

TABELA 38 - Atividades Relacionadas à Biblioteca

Natureza	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	487
Empréstimos de publicações	1.462
Acessos à Base de Consultas	10.874
Acessos ao TC Legis	21.993

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

8.8 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ

TABELA 39 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	1.355	63,40%
Câmaras Municipais	266	12,45%
Entidades Municipais	272	12,73%
Entidades Estaduais	224	10,48%
Consórcio Público	1	0,05%
Outros	19	0,89%
Total	2.137	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

TABELA 40 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

Assunto	Quantidade	%
SICOM - Sistema Informatizado Contas Municipais	799	37,39%
SGI - Sistema de Gestão de Identidade	386	18,06%
SIACE LRF	190	8,89%
SIACE PCA	62	2,90%
FISCAP	351	16,42%
Certificado Digital	16	0,75%
SEC - Certidão Eletrônica	1	0,05%
FISCAD	3	0,14%
CRJ - Central de Relacionamento com os Jurisdicionados	26	1,22%
Certidão de Contas	3	0,14%
Remessa de Legislação	23	1,08%
Geo-Obras	122	5,71%
e-Formulário	2	0,09%
Minas Transparente	81	3,79%
Outros	72	3,37%
Total	2.137	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

9 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Tabela 41 demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal de Contas e a sua execução por grupo de despesa até o 4º trimestre de 2014.

TABELA 41 - Execução Orçamentária

Discriminação	Credito Autorizado	Despesa Empenhada	Percentual de Execução
Pessoal e Encargos Sociais	564.010.000,00	554.415.402,30	98,30%
Outras Despesas Correntes	54.093.080,00	53.068.965,60	98,11%
Investimentos	6.466.500,00	4.420.196,02	68,36%
Total	624.569.580,00	611.904.563,92	97,97%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

10 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e é a unidade que tem a função de efetivar a gestão do controle interno dentro do TCEMG.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno todas as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas, que deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 40 da Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, dispõe que a Controladoria Interna tem a finalidade de auxiliar as unidades administrativas e orçamentárias do Tribunal para que executem suas atividades dentro dos estritos limites da legalidade, com moralidade, impessoalidade e eficiência.

São competências da Controladoria Interna:

- elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, dos limites legais e dos atos de geração de despesas;
- avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;
- executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;
- propiciar a integração e a interação das unidades organizacionais e respectivos sistemas de controle;
- executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução nº 7, de 12 de maio de 2010, e na Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, buscando promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com o setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno, no sentido de favorecer a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das

unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

10.1 Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e com o Plano Anual de Controle Interno, e em cumprimento ao disposto no inciso IX do art. 6º da Resolução nº 8, de 27 de junho de 2012, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no trimestre, das quais destacam-se as relacionadas na Tabela 42.

TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna

Atividades
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP, relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas.
Proposta para padronização de procedimentos a serem observados na elaboração da prestação de contas anual do TCEMG.
Encaminhamento à 2ª Assessoria da Diretoria Geral de proposta de Instrução/Decisão Normativa que dispõe sobre a estruturação e funcionamento de Sistema de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo Municipais.
Elaboração de Manual de Procedimentos da Controladoria Interna.
Elaboração de Relatório de Auditoria realizada na Coordenadoria de Licitações.
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC.
Participação em reuniões para elaboração do Plano Estratégico do Tribunal de Contas 2015-2019.
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para desenvolvimento do Projeto Sistema de Licitações e Contratações do TCEMG – SILIC.
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG.
Emissão de 1 (um) Comunicado de Orientação e 4 (quatro) Comunicados de Recomendações para o aprimoramento dos controles e rotinas no Tribunal, em decorrência das atribuições elencadas no art. 13 da Resolução nº 07/2010.

Fonte: Controladoria Interna.

10.2 Capacitação de Servidores

Os servidores da Controladoria Interna participaram dos seguintes cursos/eventos:

TABELA 43 - Participação em Eventos - Controladoria Interna

Evento	Participantes
Curso Online de Avaliação de Controles Internos	2 servidores
Capacitação RAIS	1 servidor
Curso de Outlook	1 servidor

Fonte: Controladoria Interna

11 CONTROLE SOCIAL

11.1 Ouvidoria

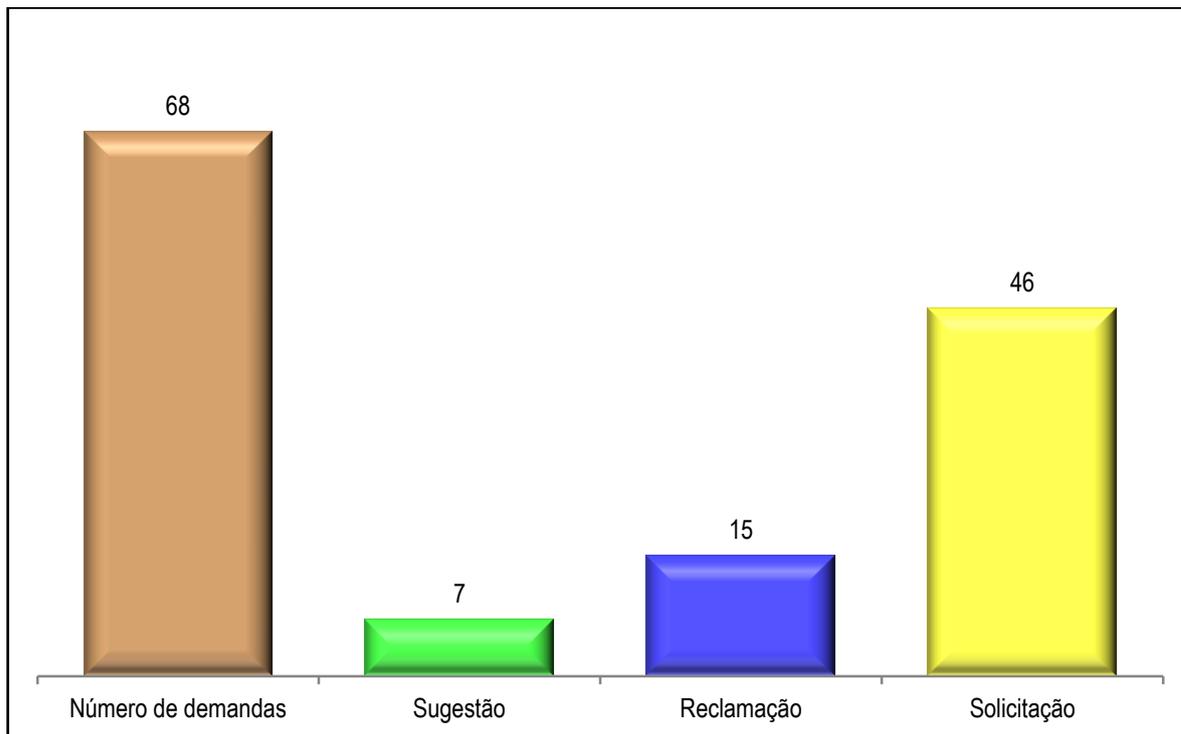
A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

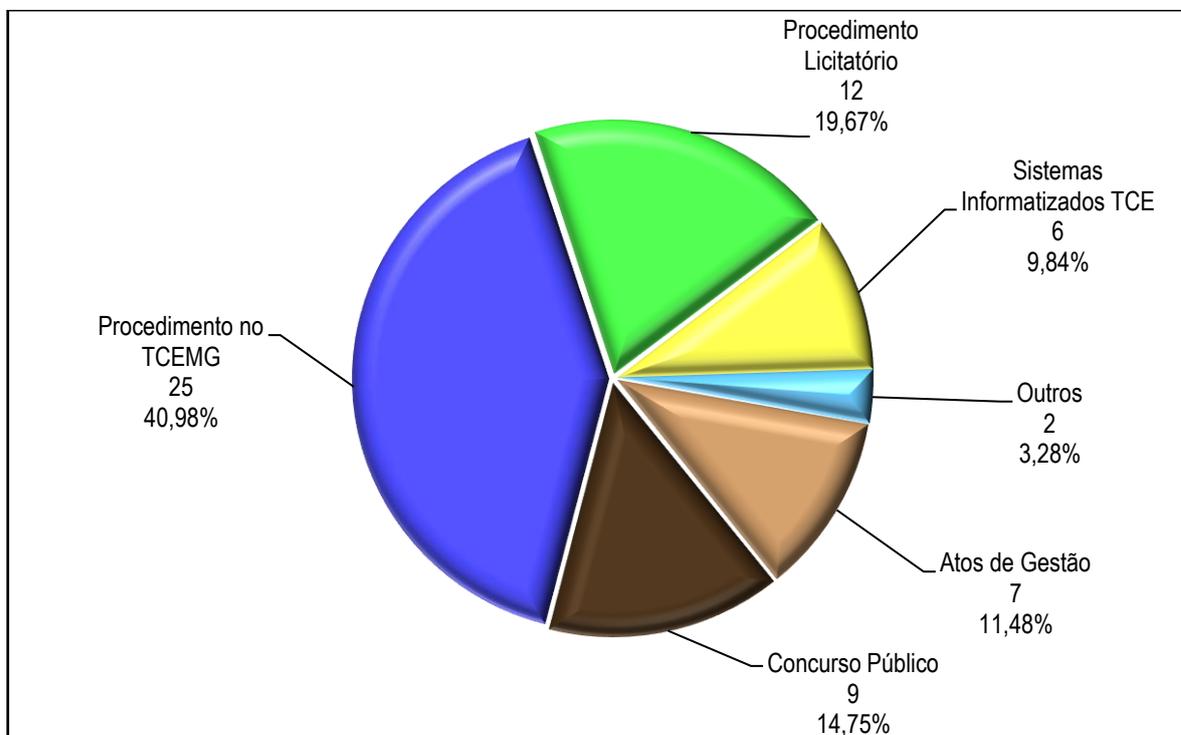
Nos Gráficos 8, 9, 10, 11, 12 e 13 e na Tabela 44 estão registradas as manifestações e demandas ocorridas no trimestre:

GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas



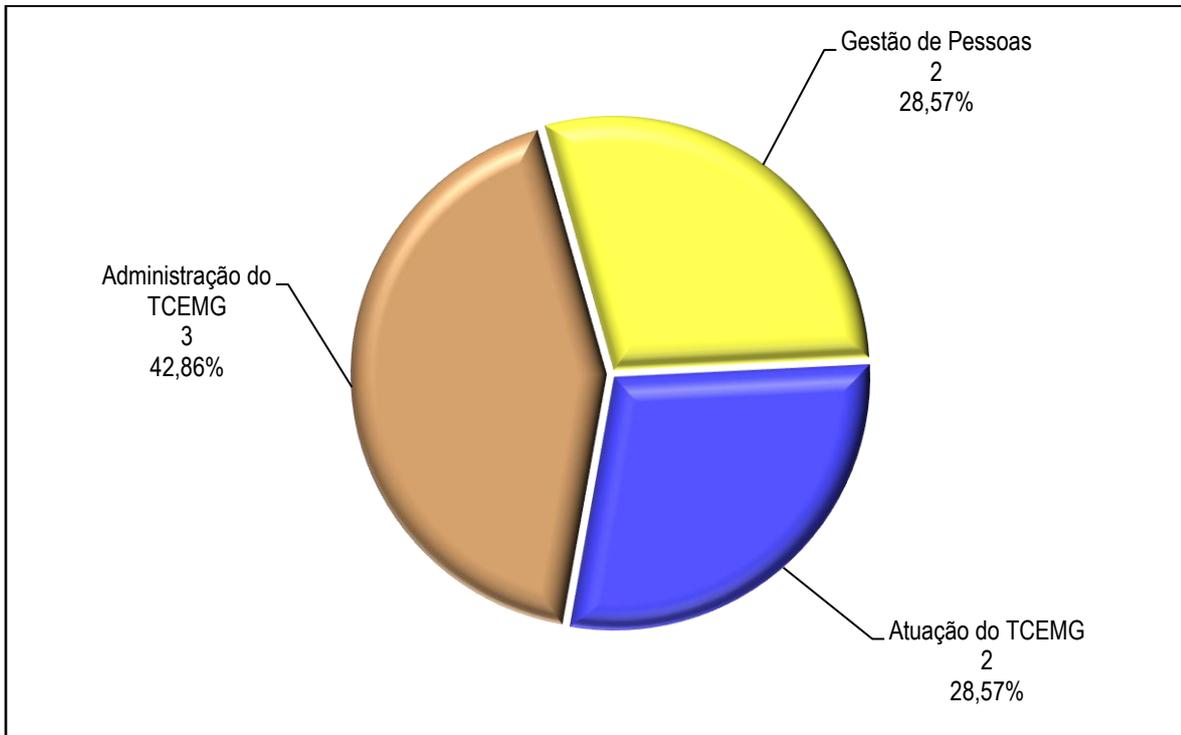
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa



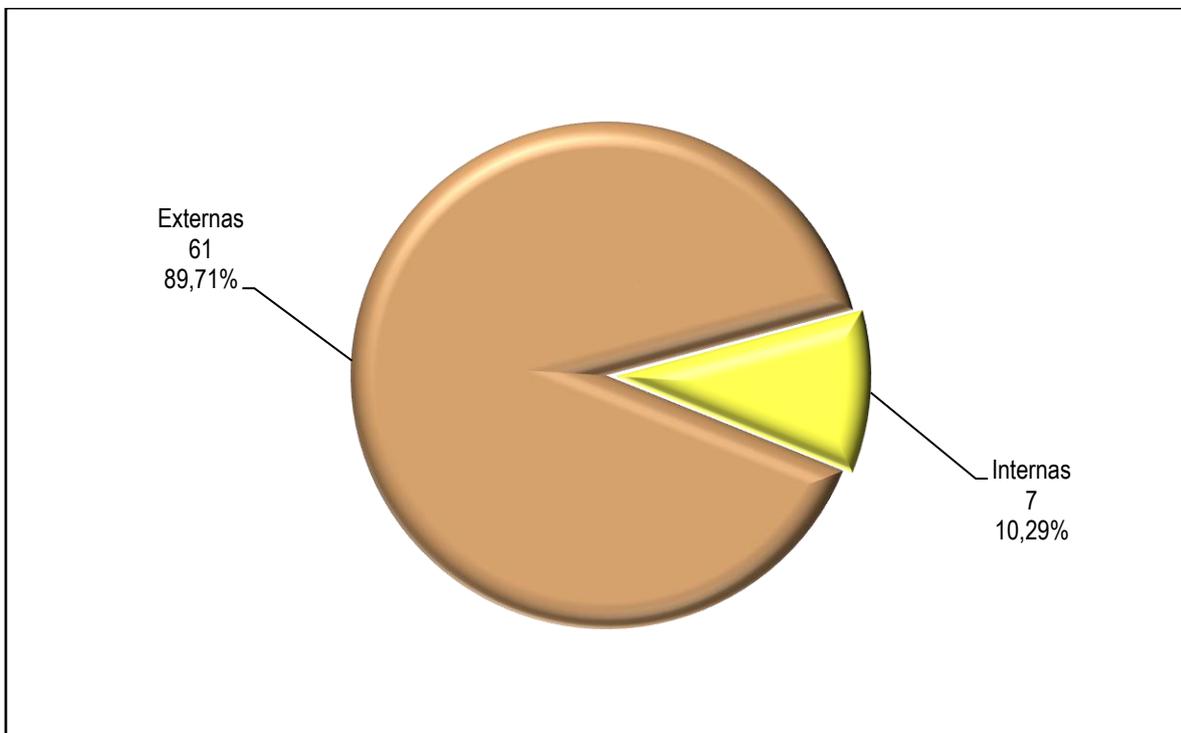
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

GRÁFICO 11 - Origem das Demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

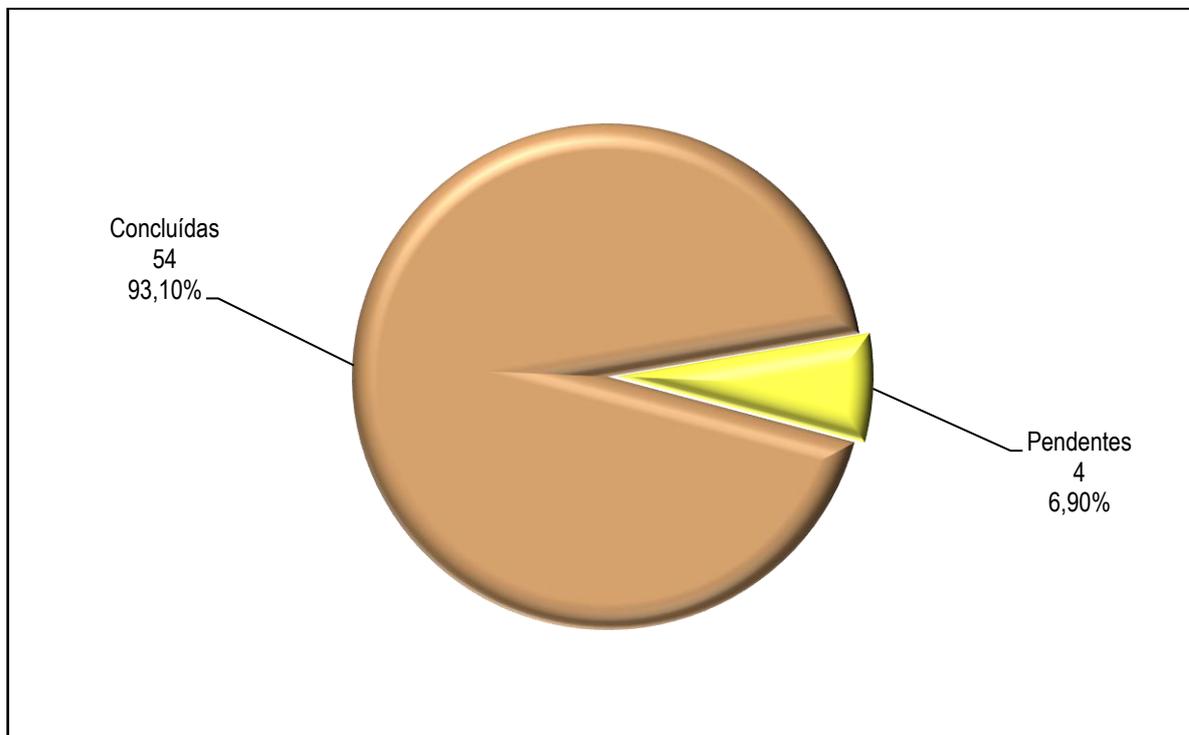
TABELA 44 - Demandas Encaminhadas

Unidades TC	Recebidas	Concluídas
Diretoria de Administração	2	1
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	2	1
Diretoria de Segurança	1	-
Escola de Contas	2	2
Ouvidoria (*)	55	55
Diversos	6	4
Total	68	63

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

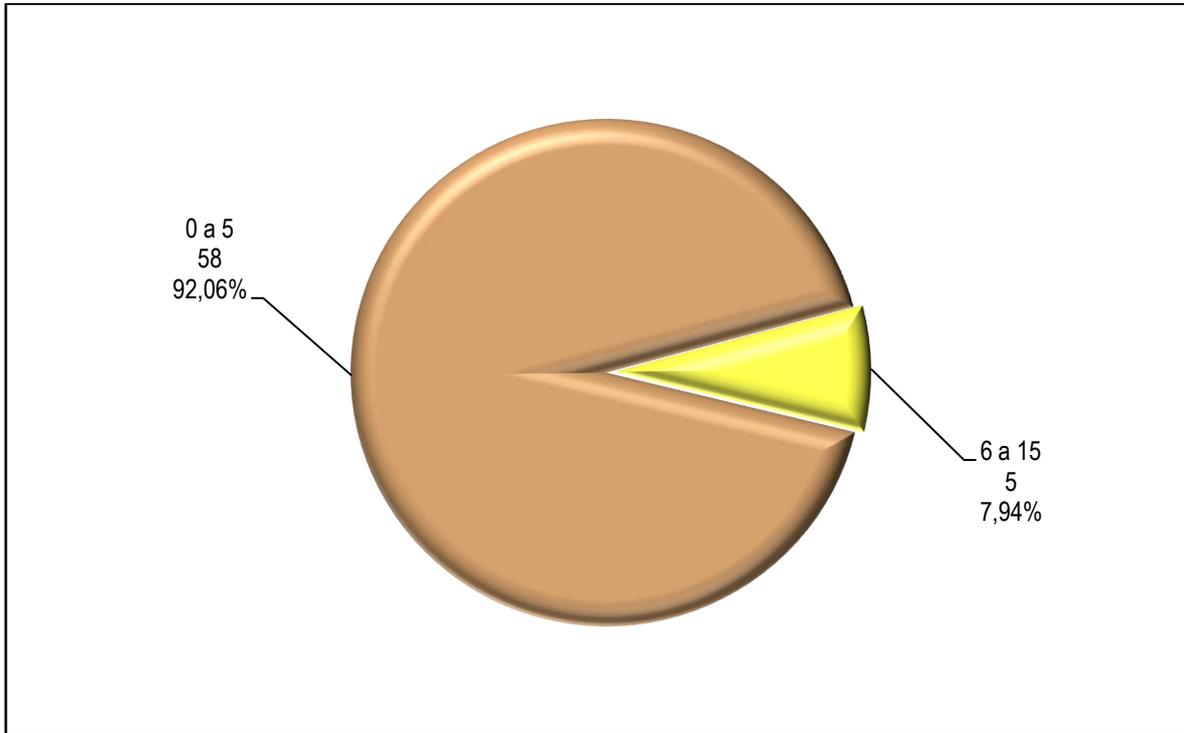
Nota: (*) Respostas da Ouvidoria sem encaminhamento prévio para outras unidades.

GRÁFICO 12 - Situação das Demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis)



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 4º Trimestre de 2014.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações registradas neste relatório, além de demonstrar o comprometimento do Tribunal em garantir o cumprimento de suas metas, contribuem para o aprimoramento dos processos internos, para a efetividade da função da instituição e, sobretudo, dão transparência às ações desenvolvidas no âmbito do controle externo.